

**REDES, PAISAGENS CULTURAIS E DIÁSPORAS-
ENTRE A ATRAÇÃO TURÍSTICA E A AFIRMAÇÃO
IDENTITÁRIA E POLÍTICA**

**NETWORKS, CULTURAL LANDSCAPES AND
DIASPORAS – FROM TOURISTIC ATTRACTION TO
IDENTITY AND POLITICAL RELEVANCE**

João Luís Jesus Fernandes | jfernandes@fl.uc.pt

Departamento de Geografia e Turismo/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
CEGOT

Ainda que seja um processo geográfico e social assimétrico, o mundo está hoje marcado pelo movimento. Em muitos casos, essas mobilidades espaciais estão organizadas por redes (diásporas), com centros de difusão e canais de contacto. Por estes circulam pessoas, mas também diferentes formas de capital, bens materiais e patrimoniais, a língua e a religião, as ideias e importantes expressões de poder económico e político. Neste mundo mais complexo e flexível, é também pelas paisagens que essas diásporas se afirmam, fazendo destes espaços geográficos não apenas territórios de atração turística mas também instrumentos de afirmação identitária e política.

Palavras-chave: Diásporas, Paisagens Culturais, Redes, Difusão Espacial, Desenvolvimento

Although expressing an unequal geographical and social process, the world is today ruled by movement. In many cases, these spatial human mobilities are organized into networks (diasporas) structured by diffusion centers and contact channels. Through these roads of movement, flows a stream of populations, but also a wide range of material and non-material capital such as language and religion, ideas and further relevant expressions of economic and political power. In this more complex and flexible world, diasporas also express their identities through landscapes that, in the meantime, can be a significant touristic attraction but also a relevant political instrument.

Key-words: Diasporas, Cultural Landscapes, Networks, Spatial Diffusion, Development

Nota introdutória

“As raízes enfiam-se na terra, contorcem-se na lama, crescem nas trevas: mantêm a árvore cativa desde o seu nascimento e alimentam-na graças a uma chantagem: ‘Se te libertas, morres!’

As árvores têm de se resignar, precisam das suas raízes: os homens não. (...) Para nós só as estradas contam. São elas que nos guiam (...). Elas fazem-nos promessas, levam-nos, empurram-nos e depois abandonam-nos. E então morreremos, tal como nascemos, à beira de uma estrada que não escolhemos”

Amin Maalouf (2004, p.9)

A palavra ‘rede’ é hoje de utilização comum, invocada em múltiplas circunstâncias e associada a realidades muito diversificadas. Contudo, e apesar do carácter polissémico que por vezes assume e dos critérios difusos que as

enquadram, o conceito e as dinâmicas das redes, pelo que implicam de contacto, movimento e deslocação, têm vínculo direto com a demografia e a mobilidade espacial das populações.

À diversidade de usos, junta-se a dos pontos de vista, do grau mais ou menos positivo ou negativo que se atribui a esta estruturação reticulada. No que às migrações diz respeito, é comum a consideração depreciativa da ideia de rede, associando-a a mobilidades ilegais e criminosas, ao tráfico de pessoas e ao crime, fatores que contribuirão para uma mais acentuada ideia de insegurança num mundo em crescente desregulação. Shelley (2010, p.27), refere-se mesmo à existência de “trafficking networks”. Neste ponto de vista, a rede seria algo que não se domina, que escapa ao controlo, uma teia de poderes difusos e obscuros que colocaria em causa as certezas de um local na aparência protegido e familiar, uma ameaça ao conforto de uma suposta segurança ontológica garantida quando se conhecem e dominam os atores e os espaços de vida quotidiana. A organização em rede de atores associados ao terrorismo e à criminalidade veio acentuar essa desconfiança perante organizações que se movimentam com objetivos e lógicas espaciais próprias (Haesbaert, 2002; Glenny, 2008).

Em sentido, contrário, a rede pode também ser entendida como uma oportunidade e um caminho estratégico, sobretudo quando se discutem trajetórias de lugares. Neste ponto de vista, por oposição ao discurso da concorrência e da competitividade, a rede é uma forma de associação, cooperação e partilha de esforços e capital (Scott e Garofoli, 2007).

O conceito de rede remete para estruturas constituídas por fluxos, nós e canais através dos quais circulam atores geográficos e diferentes categorias de capital, por onde se recebem mas também a partir das quais se faz a difusão do material e do imaterial, do poder político e da influência económica, dos fatores de interação social aos de identidade cultural, numa dinâmica que movimenta e desloca mas que também cruza e cria novas realidades (Castells, 2010).

Esta não é uma discussão alheia à Geografia, pois também os valores, as práticas e as instituições estão condicionadas e se territorializam pelo movimento que flui através de redes como, por exemplo, as diásporas. Estas produzem e modelam espaços geográficos e paisagens, numa expressão territorial que

associa a rede a uma territorialidade complexa marcada por múltiplas escalas e temporalidades (Saquet, 2011).

Enquanto atores geográficos, estas redes migratórias fazem a síntese entre a permanência trazida pelo enraizamento que assegura a continuidade e traz o risco do enclausuramento; e a novidade implicada nas estradas referidas por Maalouf (2004), as mesmas que, numa sucessão de encruzilhadas imprevisíveis, apontam para o instável e para as mudanças. O que faz das diásporas um relevante ator na arquitetura espacial contemporânea é este difícil balanço entre o passado e a inovação, entre as continuidades e as rupturas (Saquet, 2011).

Diáspora – conceito e estruturação em rede

“(...) the term ‘diaspora’ (...) derives from the Greek - dia, ‘through’, and speirein, ‘to scatter’. (...) diaspora refers to a ‘dispersion from’. Hence the word embodies a notion of a centre, a locus, a ‘home’ from where the dispersion occurs. It invokes images of multiple journeys. (...) At the heart of the notion of diaspora is the image of a journey. Yet not every journey can be understood as diaspora. Diasporas are clearly not the same as casual travel. Nor do they normatively refer to temporary sojourns. Paradoxically, diasporic journeys are essentially about settling down, about putting roots ‘elsewhere’”

Avtar Brah (1996, pp.178-179)

O movimento e a mobilidade especial da população não constituem novidade. Desde sempre, as deslocações de grupos humanos existiram e marcaram paisagens e espaços geográficos, transportando e trocando materialidades e imaterialidades, reproduzindo o que já existia mas criando também realidades novas. Ainda assim, a revolução dos transportes, as dinâmicas demográficas nalgumas regiões do planeta, a interconetividade dos sistemas sociais e económicos mas também as assimetrias de vária ordem, têm feito aumentar o movimento e os

fluxos, daqui derivando uma nova realidade geográfica, que associa o espaço zona aos fluxos, o permanente ao móvel (Haesbaert, 2004).

Segundo Appadurai (2004), este mundo em movimento é impulsionado por múltiplos atores e agentes. Do mesmo modo que aponta para os fluxos financeiros – as denominadas *Finantialscapes*, Appadurai refere-se também à demografia em deslocação. Esta apresenta-se organizada por redes que podem estar associadas a um vínculo de natureza étnica – as *Ethnoscapes*, que nos remetem para o conceito de diáspora.

Ainda segundo Appadurai (2004), estas constituem um dos protagonistas a considerar numa nova ordem mais instável e flexível, vivenciada muito para além da rigidez imposta por certos atores, como os Estados. Para Gilroy (2000, p.124), “Consciousness of diaspora affiliation stands opposed to the distinctively modern structures and modes of power orchestrated by the institutional complexity of nation-states. Diaspora identification exists outside of and sometimes in opposition to the political forms and codes of modern citizenship. The nation-state has regularly been presented as the institutional means to terminate diaspora dispersal. At one end of the communicative circuit this is to be accomplished by the assimilation of those who were out of place”

Como se refere em Bruneau (2010), o recente interesse pelo conceito de diáspora traduz não apenas o alargamento dos fluxos migratórios mas também o enfraquecimento do tradicional protagonismo dos Estados, a favor de atores que se territorializam segundo lógicas mais flexíveis.

Nesse sentido, as diásporas podem entender-se como uma rede estruturada de migrantes de expressão territorial descontínua, com uma origem comum, diferentes lugares de chegada e uma unidade dinâmica e flexível, por onde circulam fluxos de múltipla natureza, de pessoas a diversas formas de capital, do social ao económico, do cultural ao político.

Alguns autores salientam as conetividades existentes nessa rede, assim como o carácter transnacional desta estrutura. Para Gregory, Johnston, Pratt, Watts e Whatmore, (2009, pp.158-159), por diáspora pode entender-se, “a scattering of people over space and transnational connections between people and places

(...)”, acrescentando que, nesse sentido, se tratam de movimentos geográficos que implicam questões e escalas como, no original, “space and place, mobility and locatedness, the nation and transnationality”.

Estas definições apontam para a dispersão e descontinuidade geográfica, referem-se à conetividade, à existência de vínculos e de filiação ao lugar de origem. Não se discute aqui o conceito fluido, dinâmico e multiterritorial de identidade (Haesbaert, 2004; Maalouf, 1999), mas sim os elos de identificação. Afinal, seguindo Gilroy (2000, p. 124), “The term opens up a historical and experiential rift between the locations of residence and the locations of belonging”, como se, na diáspora, uma coisa fossem os espaços vividos no cotidiano e outra, num outro plano, os lugares de identidade e do imaginário.

Talvez por isso, como refere Silvey (2013, p.409), “The last two decades have witnessed a burgeoning of cultural-geographic studies of migration”, facto que faz das diásporas um tema interdisciplinar mas sobretudo geográfico e aberto a um enfoque muito particular desde a Geografia Cultural.

Numa tensão entre movimento e topofilia (Tuan, 1980), para Cloke, Crang e Goodwin (1999, p.335), a diáspora implica o afastamento em relação a uma casa: “Diaspora: the dispersal or scattering of people from their original home. As a noun it can be used to refer to a dispersed ‘people’ (hence the Jewish diaspora or the Black diaspora). However, it also refers to the actual processes of dispersal and connection that produce any scattered, but still in some way identifiable population. In this light, it also can be used as an adjective, diasporic, to refer to the senses of home, belonging and cultural identity held by a dispersed population”.

Nessa mesma linha, numa leitura mais sentida sobre as perdas do afastamento, Hammer (2005, p.50), afirma que “Exile and diaspora are the antithesis of home and homeland. The traumatic loss of the homeland strengthens the connection of refugees and exiles to the homeland, and it continues to play an important role in their individual and collective imagination, constituting a central aspect of their self-definition”.

Ainda assim, a perda de uma casa implica a construção de uma outra. Em parte, esta faz-se também pela própria produção de paisagem.

As diásporas na produção de paisagem

A dinâmica das redes migratórias faz-se por ciclos que Rogério Haesbaert (2004) denominou como des-reterritorialização. A saída e afastamento em relação a uma origem comum implicará um processo de desterritorialização, de perda de acessos quotidianos a lugares de importância funcional e/ou simbólica. O movimento e posterior paragem num lugar de chegada implicará a construção de outra territorialidade que, segundo o mesmo Haesbaert (2004), corresponderá a uma reterritorialização *ex situ*.

O nível e o ritmo dessa reterritorialização dependerão de fatores muito diversificados, como o acesso ao emprego, ao abrigo ou à cidadania; a familiaridade com a língua ou as afinidades (quantas vezes, de parentesco) com as comunidades de acolhimento. Para Velez de Castro (2014, pp.44-45), estas relações familiares podem materializara-se em “formas de ajuda que facilitam e motivam a migração (como por exemplo, da assistência financeira, facilitação da instalação habitacional e da procura de emprego, entre outras)”, facto que leva a autora a associar estas redes migratórias a uma “forma de capital social, na medida em que permitem o acesso a bens e serviços (educação, saúde, etc.), a empregos com melhores salários ou a contactos úteis em situações diversas”.

É por estas redes de apoio, mas também por fatores como a idade do migrante e as diferentes formas de capital (económico, social, profissional ou outro) que o acompanham, que depende o maior ou menor grau de resiliência e capacidade de adaptação.

A mobilidade espacial implica distância. No entanto, a deslocação entre a origem e o lugar de chegada é um processo que envolve distâncias com diferentes métricas, algumas de mais fácil quantificação, outras pouco mensuráveis. As distâncias quilométricas, tempo e custo, condicionam o movimento migratório. Ainda assim, para se compreenderem os movimentos e as decisões espaciais devem considerar-se também as distâncias sociais e culturais, assim como todo um contexto sistémico que influencia as opções (Hemmasi e Downes, 2013, Velez de Castro, 2014).

Ainda assim, migrar pode implicar afastamento mais ou menos substantivo em relação a um determinado contexto cultural, expresso por elementos como a

língua, a religião, a gastronomia ou a arquitetura vernacular. Por isso, a deslocação de marcadores identitários, que se transportam do centro da diáspora para o vértice de chegada, pode ser uma estratégia de reterritorialização e resistência.

A procura de segurança ontológica (Giddens, 1992) e redução, ainda que aparente, da distância cultural, passa pelo vínculo a iconografias agregadoras e de filiação a um certo passado e lugares deixados para trás. Para Jean Gottmann (1947), essas iconografias simbólicas, ou geossimbólicas, na expressão de Joël Bonnemaison (2004), constituem fatores de coesão social e étnica, mas também de identidade, resistência e segurança (Saquet, 2011).

Para Jorge Malheiros (2000, p.377), esta mobilidade de elementos identitários de base, hoje potenciada por um certo encurtamento das distâncias, reforça o caráter transnacional destes atores: “(...) a questão do transnacionalismo das comunidades imigradas prende-se menos com os aspectos quantitativos do volume de imigrantes no mundo e mais com a emergência de processos de tipo diverso que permitem, quer o desenvolvimento dos contactos e da circulação internacional, quer uma manutenção mais fácil dos elementos identitários de base (práticas culturais, religião, hábitos alimentares...). O progresso dos transportes e das telecomunicações e a diminuição dos seus custos relativos facilita os processos de vai-e-vem dos migrantes e garante um suprimento quase contínuo de informação sobre os territórios de origem”.

Na mesma linha, para autores como Silvey (2013), enquanto processo em constante construção-reconstrução, as diásporas devem implicar um outro olhar sobre os estudos culturais e, acrescenta-se aqui, sobre a análise das dinâmicas das paisagens. Para Silvey (2013, p.415), “(...) migration studies needed to move beyond static notion of culture (...)”. Numa perspetiva mais territorial, Gijsbert Oonk (2007, p.9) acrescenta mesmo que “the reproduction of culture in an often-hostile environment and the relation to the homeland are key features of the diaspora concept”. Deste modo, as diásporas devem ser entendidas enquanto construtoras e modeladoras de paisagens culturais.

Segundo Vertovec (1997), as diásporas apresentam três componentes: são uma forma de organização social (*social form*) – organização social com efeitos políticos e económicos; é uma consciência (*type of consciousness*) – uma

identidade, uma origem comum; e uma forma de produção cultural (*mode of cultural production*). Para este autor, estas diásporas transferem; transformam; promovem trocas e hibridismos, num processo por vezes contestado e disputado, que implica negociações.

Deste modo, seguindo Joseph Nye (2014), a produção de paisagem pode ser um instrumento de *soft power*, um instrumento de afirmação e/ou de resistência, numa estratégia sobretudo relevante em grupos minoritários.

Enquanto fator de reterritorialização de comunidades de chegada, a paisagem é aqui entendida numa perspetiva fenomenológica e não representacional, uma paisagem que envolve processos, comportamentos, performances e celebrações e não apenas a mais estática realidade material da Escola de Berkeley e da concepção saueriana de paisagem cultural (Mácha, 2013; Ingold 2000; Thrift 2007).

A este respeito, Jorge Gaspar (2011, p.89) refere que o “renascimento dos estudos de paisagem em Geografia tem contemplado não só novos ‘olhares’ como também a emergência de novas apreciações sensoriais da paisagem”. Esta paisagem tem maior densidade e profundidade, não se simplifica no visível e cartografável, no material e no estético. Ainda que a herança da modernidade releve o valor do visual e do observável (Azevedo, 2008), esta paisagem não representacional implica sensações tácteis, cheiros, sons e sabores. Por isso se denomina multissensorial, pela exaltação dos sentidos mas também pela memória e pelas narrativas biográficas que transporta, numa abordagem que implica a interação entre diferentes escalas de análise geográfica (Gaspar, 2011).

Retomando a temática das redes migratórias estruturadas numa lógica de diáspora, note-se que os lugares de chegada variam consoante a localização, a dimensão da comunidade de acolhimento e filiação étnica, a antiguidade dos fluxos e o maior ou menor grau de intensidade na relação entre esses vértices e o ponto de partida. Apesar dessa diversidade, nestes lugares de chegada produz-se espaço e molda-se uma paisagem de imigrantes e imigração.

Neste ponto de vista, os países com territorialidades e paisagens mais associadas à entrada de comunidades de múltiplas proveniências podem ser importantes laboratórios de análise e investigação geográfica. O Brasil, na imensidão do seu espaço geográfico e na sua diversidade interna, é um estimulante caso de estudo.

Neste país, a diversidade paisagística e cultural é agora um valor patrimonial, identitário e turístico que deve ser estudado, analisado e cartografado.

Como referem Luca e Santiago (2011, p.44), “Desde a década de oitenta, tem crescido o reconhecimento da diversidade cultural no Brasil. A característica étnica da sociedade brasileira atribuída à presença portuguesa, que juntamente ao negro e ao índio explicava a formação e as características históricas da nação não era mais suficiente. A partir do final do século XIX, imigrantes provenientes de várias nacionalidades vieram contribuir com o que hoje caracteriza o Brasil como um país formado por várias etnias. Na construção da identidade cultural, as correntes migratórias do fim do século XIX constituem parte do processo civilizatório nacional, sendo parte fundamental da cultura, da política e da economia”.

Aqui, neste caso brasileiro, territorializaram-se sínteses e influências múltiplas, num processo em muito associado às correntes migratórias que foram, em diferentes tempos e com diferentes ritmos, moldando a sua geografia e criando alguns territórios de insularidade cultural com permeabilidade variável. Uma viagem, por exemplo, pelo Estado de Santa Catarina e por territórios como o Vale Europeu é, em certos pontos, um retorno a uma determinada Europa, aqui transplantada e vivida em contexto sul-americano.

Nesta região meridional do Brasil, a cidade de Blumenau é um caso de estudo paradigmático. De colonização italiana e alemã, é na herança e identidade germânica que a paisagem urbana mais se revela: na simbologia espacial e na arquitetura enxaimel, mas também em festividades como a *Oktoberfest*, momento de celebração de uma identidade que passa por desfiles, cores, sons, sabores, trajes e gestos mais ou menos ritualizados como a dança. Ainda que também ali se celebre a *Festitalia*, momento de evocação e celebração da herança italiana, Blumenau é sobretudo a ‘Pequena Alemanha’ e a ‘Capital da Cerveja’, denominações que servem para estreitar laços com o ponto de partida, assumir uma certa centralidade de coesão social e cultural mas também para promoção turística, setor para o qual o Brasil vai despertando.

Nessa viagem por terras do Brasil, repare-se também na influência italiana testemunhada nos vinhedos da Serra Gaúcha ou na cidade de Rio Maior, do município de Urussanga, no Sul do Estado de Santa Catarina.

No primeiro caso, os imigrantes italianos deixaram um legado cultural e paisagístico que se nota nos vinhedos mas também nas devoções, nas capelas e no dialeto veneto (Silva, 2009). No segundo, como se refere em Luca e Santiago (2011), Rio Maior foi território de fixação de italianos no final do século XIX - os primeiros terão chegado em 1878, provenientes de uma comuna do norte da península itálica (Casso).

Num estudo comparativo das duas localidades, estes autores (Luca e Santiago, 2011) identificaram semelhanças e filiações. Em Casso e em Rio Maior, o perfil do lugar está marcado pela mesma igreja, a mesma arquitetura e devoção religiosa. Em ambos lá se encontra a torre do campanário separada do corpo principal do edifício sagrado, que celebra, nos dois casos, os mesmos santos padroeiros (São Gervásio e São Protásio).

No entanto, e citando ainda o trabalho de Luca e Santiago (2011), esta encenação da Europa em solo sul-americano não é uma mera transposição. Na própria estrutura de povoamento, estes autores encontraram semelhanças nos edifícios de economia rural mas também diferenças. Por exemplo, o solo disponível e o clima desta região brasileira abriram o povoado de Rio Maior e deram espaço entre as construções. Nesta localidade brasileira, os lugares e o edificado são mais expandidos e separados, enquanto no norte italiano tudo está mais próximo e aglomerado. Num olhar mais apurado ao pormenor da construção, Luca e Santiago (2011) não deixaram de notar a influência do contexto geográfico que, na Casso original, levou ao uso mais intensivo da pedra enquanto que, em Rio Maior, paisagem europeia encenada, se recorreu à madeira e ao barro disponíveis.

Essas encenações ocorrem também em contexto urbano e metropolitano. Esta mesma simbologia italiana encontramos-la em São Paulo, no Bairro do Bixiga. Território paulista de imigrantes calabreses que aqui se fixaram no final do século XIX, este é um ambiente sonoro de sotaque italianizado, lugar de celebração religiosa europeia e evocação de Nossa Senhora Achiropita. Porque o sagrado e o lúdico se confundem, este é também um lugar de *trattorias* e consumo de macarrão, mozzarella e vinho. Uma vez que a metrópole é um ponto de encontro mas nem sempre um território

de diluição das diferenças, a cidade foi incorporando e assumindo a sua geodiversidade interna. Esta paisagem multissensorial de origem europeia é agora um atrativo turístico da cidade.

Nesta São Paulo de expressão italiana, e sem nos alongarmos por muitos exemplos, também se reencontra o Japão que ficou para trás quando dali partiram comunidades que se foram fixando e, de certo modo, acantonando no Bairro da Liberdade. Outra atração turística da cidade, porventura umas das maiores comunidades da diáspora japonesa, datada de início do século XX, aqui se modela uma paisagem de estética, templos e jardins orientais, comércio, festivais de cultura nipônica e publicações periódicas bilingues.

Viajar pelo mundo é uma revisitação de lugares e iconografias espaciais, um movimento dentro do movimento, do viajante ou turista que se desloca, mas também da iconografia que ali está, porque ali se territorializou, por vezes com limites bem demarcados, como ocorre nas múltiplas *chinatowns* disseminadas pelo mundo, algumas com portas simbólicas de entrada. Assim é em Londres, como se ali comesse e acabasse um outro mundo.

No entanto, uma corrente migratória não é apenas um agente transportador, deslocando para os lugares de chegada os elementos constituintes da sua territorialidade e segurança ontológica no berço de origem e partida. Pelo contrário, esta mobilidade espacial e consequente territorialização de fatores identitários é uma dinâmica de mudança e pode ser um fator criativo de novos hibridismos, processo em muito responsável pela diversidade que persiste num mundo que, de forma apressada, é por vezes descrita como global e uniforme.

Recorra-se, como exemplo, a um dos elementos dessa paisagem pós-saueriana que aqui se tem considerado – os sons, as paisagens sonoras e, em especial, a música e sua expressão territorial. Como afirma Bohlman (2002), o património oral e narrativo, em geral, e o musical em particular, é um dos que se transportam com mais facilidade, mesmo em casos de migrações precárias, mobilidades espaciais onde as hipóteses de transporte de um artefacto material é mais difícil ou impossível. O autor fazia esta reflexão a propósito da denominada *middle passage*, movimento transatlântico que deslocou população de África para o continente americano em tempos de escravatura.

Com os escravos africanos viajam línguas, narrativas, crenças e expressões musicais. Este não foi um processo de simples transposição mas o início de uma dinâmica criativa que diversificou, por miscigenações complexas e cruzadas, as paisagens sonoras do Novo Mundo. Assim se tornou americana a música de África: no samba brasileiro, na música caribenha, no jazz e nos blues norte-americanos que, por sua vez, a partir de cidades como Rio de Janeiro, Kingston, Nova Orleães ou Nashville, se tornaram pólos difusores de expressões que já pouco tinham de locais mas que se globalizaram, com essa suposição de vínculo territorial e certificação de origem.

O mesmo Bohlman (2002) ilustra este fenómeno com outro exemplo: o da polca centro europeia, expressão musical e ritmos de corpos e danças exportados da Boémia, na época ainda parte do Império Austro-Húngaro. A migração centro-europeia para os EUA foi o canal de difusão e esteve na origem da denominada *polka belt*, território identitário de chegada desta expressão musical: uma mancha de contornos difusos em torno dos Grandes Lagos, entre a Pensilvânia e o Minnesota, passando pelo Wisconsin, pelo Illinois ou por Indiana. Daqui, sobretudo a partir de cidades como Detroit, Milwaukee, Buffalo, Cleveland e, em especial, Chicago (onde se instalou a *International Polka Association*), a polca dispersa-se, corre caminhos, alarga-se e vai conhecendo outras paisagens. Como um rio que acolhe afluentes ao longo do trajeto, também a polca vai sendo reinterpretada à medida que se multiplicam e diversificam as influências e as trocas. Assim se vão criando novidades, cada uma com as suas expressões geográficas, como a polca mexicana, a polca brasileira ou paraguaia ou mesmo a polca correntine (da cidade de Corrientes, na Argentina) (Bohlman, 2002; Fernandes, 2013).

As migrações marcam os lugares de chegada mas também os de passagem e os de partida. No que diz respeito a estes últimos, os lugares de origem dos fluxos migratórios reestruturam-se face à ausência de quem seguiu viagem nalguns casos perante retornos sazonais ou definitivos, quer dos próprios quer de algumas formas de capital, onde se integram as remessas enviadas para o centro e origem desta rede.

Esta relação de retorno tem também expressão nas paisagens culturais. O emigrante que sai pode transportar referências e arquétipos, mas aquele

que regressa ao ponto de partida poderá também inscrever nos lugares de retorno elementos de afirmação identitária inspirados no exterior, no vértice da rede onde se fixou. Neste seu regresso, procura demonstrar sucesso e cosmopolitismo, acentuar a diferença em relação aos que não partiram e demonstrar poder. Assim se *tropicalizaram* muitas das paisagens portuguesas nas primeiras décadas do século XX (vejam-se exemplos no noroeste português, em especial no concelho de Fafe) e se *afrancesaram* outras após os anos (19)60 (percorram-se, para o efeito, aldeias de distritos como Leiria, Viseu ou Guarda). Sobretudo na arquitetura, foi o *brasileiro* de torna viagem, mas foi também o emigrante *suíço* ou *francês* quem contribuiu para uma certa destradicionalização da paisagem portuguesa, que assim, como ponto de partida e retorno, se tornou mais híbrida (Fernandes, 2012; Villanova, Leite e Raposo, 1995).

Enquanto país de emigração, também no caso português se territorializam valores identitários no estrangeiro, como ocorre, apenas um exemplo, com as celebrações do 10 de Junho - Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, em cidades como Newark, nos EUA. Este evento, com as celebrações e a *parade* que percorre a Ferry Street (conhecida, naquele dia, por Portugal Avenue), acaba por exteriorizar no espaço público uma expressão de identidade que, no resto do ano, quase sempre se expressa e encerra na mais discreta intimidade dos territórios privados das residências e das associações recreativas e culturais.

Dentre o vai e o vem, o leva e trás de volta, cada um destes fluxos merece análise cuidada: no modo como se movimentam e nos caminhos percorridos; nos atores que asseguram a deslocação; nas distâncias euclidianas mas também nas distâncias sociais e culturais que enfrentam; nas tensões e conflitos; nos diferentes modos de territorialização e construção de paisagem e na forma como, agora em muito através do turismo e da (re) descoberta positiva da diversidade geocultural, se assumem essas expressões inovadoras que, a pouco e pouco, se vão assimilando (e associando) ao local.

É neste sentido que a paisagem cultural se torna económica, política e um palco de relações de poder.

Paisagens culturais de diáspora – entre a economia, a política e as relações de poder. A desconstrução de uma certa ideia de ‘área cultural’

Parte dessa discussão depende do modo como se faz a gestão dos limites e das fronteiras nas referidas ilhas culturais de natureza étnica. Recorrendo de novo à expressão de Rogério Haesbaert (2004), essa reterritorialização por via da paisagem cultural pode ocorrer num sentido ou noutro, abrindo portas ao contacto e a uma certa diluição das sempre dinâmicas identidades de grupo ou, pelo contrário, impermeabilizando, encerrando e levantando barreiras numa espécie de confinamento e enclausuramento. Neste segundo caso, seguindo a tese dos *weak ties* e dos *strong ties*, de Granovetter (1973), essa insularidade reforça os laços fortes de filiação, encerra-se nas lógicas de um poder hierarquizado que poderá levantar barreiras entre o *nós* e os *outros*, que tem como expressão a ordem mais conservadora de um certo congelamento disciplinar do tempo e do espaço.

Assim se entende a geografia de comunidades utópicas de grupos como os *amish*, os *menonitas* ou os *shakers*, no continente americano (sobretudo nos EUA), organizados por insularidades de fronteiras que, não impedindo os contactos, filtram muitas das influências exógenas. Nestas paisagens de comportamentos vigiados, representa-se uma certa Europa puritana e religiosa que já não existe no lugar de origem. Neste caso, a viagem entre o Velho Continente e a sua representação no Novo Mundo não é apenas o percorrer da extensão oceânica mas também um percurso pelo friso cronológico, uma viagem a um passado que está longe no tempo e distante sob o ponto de vista cultural (Kraybill e Olshan, 1994; Vogeler, 2010).

Mas nada disto é linear, nem pode ser entendido sem que se acrescentem outras variáveis. O turismo, já se referiu, tem-se apropriado e, já lá iremos, até incentivado muitas destas paisagens de inspiração étnica. No entanto, não se afaste a política desta expressão simbólica, não se negligencie o poder de afirmação que daqui deriva, como nos ensinou a materialização geográfica da cultura irlandesa em cidades como Nova Iorque e eventos como a *parade* de St. Patrick, ali celebrado. Mais que cultural e turística, esta paisagem de diáspora

é política, no modo como, desde a costa leste dos EUA, se fez nacionalismo e se promoveu o Estado independente da República da Irlanda (Marston, 2002).

Regresse-se ao Brasil, a um outro estudo de caso, no Vale do Contestado, em Santa Catarina, e à cidade de Treze Tílias - o 'Tirol brasileiro', território de imigração austríaca mas também de outras presenças, como a de comunidades índias. Neste caso, nos finais do século XX, em tempos de crise do sistema económico agropecuário, é para o turismo que aponta a nova estratégia. Para isso há que criar atrativos, uma imagem forte e de diferença, uma narrativa agregadora, ainda que se incorra no risco do estereótipo e da simplificação, no risco da construção de uma imagem que recolha elementos identitários selecionados, que se escolhem subtraindo outros. Trata-se de um jogo de manipulação que faz do habitante de Treze Tílias, qualquer um, tenha vínculos àquela região europeia ou não, o representante de uma identidade alpina e tirolesa transplantada e reinventada na consciência coletiva deste lugar da América do Sul (Buitoni, 2011).

Esta encenação e difusão de elementos simbólicos, eventos e celebrações, pode ser apenas a resposta a interesses pragmáticos e funcionais, em muitos casos distantes de qualquer motivação identitária. No atual contexto de hiper-mobilidade do capital e das ideias, muitas das celebrações fazem-se para estimular consumos, alargar mercados e criar tribos de devotos a um produto ou estilo de vida (Lipovetsky, 2011).

No Brasil muitas são as festividades que, de algum modo, se associam à *Oktoberfest* de Blumenau, como em Itapiranga (em Santa Catarina) ou Cerro Largo, Porto Alegre e Igrejinha (no Rio Grande do Sul), ou ainda várias outras no Paraná (como em Rolândia ou em Ponta Grossa). A norte, no Ceará, é possível identificar um evento em Guaramiranga. Em São Paulo, são muitas as celebrações vinculadas ao espírito desta *Oktoberfest*.

Para além da ampla difusão dentro de território alemão, enquanto conceito, este evento tem uma projeção global identificada em países como os EUA, a Argentina, a China, a Itália ou o Uganda. A celebração original e o ponto de difusão, terá sido Munique. No entanto, há que acautelar conclusões precipitadas e desconfiar da associação desta rede de eventos à dinâmica espacial das diásporas.

É verdade que a geografia em movimento de uma celebração inspirada na cultura germânica da cerveja e da música, como se viu no caso brasileiro, está em parte ligada a um fenómeno de evocação da memória imigrante e encenação do lugar de partida. No entanto, uma análise mais fina sobre esta rede global de eventos, mostra uma realidade diversificada e difusa. Em muitos casos, mais que uma festa da imigração, tratam-se de eventos comerciais que promovem hábitos de consumo e espaços como hotéis ou clubes privados.

Ultrapassando as fronteiras da diáspora alemã, a geografia da *Oktoberfest* acompanha o alargamento territorial do mercado da cerveja. Em muitos casos, estas festividades beneficiam do patrocínio de empresas e marcas comerciais, o que faz destas um importante agente de difusão geográfica no atual contexto de capitalismo flexível e na ordem imposta por uma diplomacia comercial, muito ativa nos países mais competitivos, como é o caso da Alemanha.

Numa reflexão mais ampla, todos estes movimentos, por motivações económicas, políticas ou identitárias, desconstróem a imagem de um mundo linear ordenado, por regiões culturais homogéneas e estáticas.

O papel das diásporas mas também o de outros atores de difusão espacial, colocam em causa o conceito de área cultural demarcada do exterior e caracterizada pela uniformidade interna. Mesmo nos casos mais radicais, e foram já referidas as comunidades utópicas territorializadas no continente americano, é difícil o estancamento total e o controlo absoluto de fluxos, num mundo caracterizado sobretudo pela desregulação.

Sigam-se, sobre o conceito de área cultural, as palavras de Gregory, Johnston, Pratt, Watts e Whatmore, (2009, pp.138): “A geographical region over which homogeneity in measurable cultural traits may be identified. Contiguous zones identified within a culture area core, over which the culture in question has exclusive or quasi-exclusive influence; domain, over which the identifying traits are dominant but not exclusive, and realm, over which the traits are visible but subordinate to those of other culture groups (...) Today, the concept is little used in geography, as culture is identified more closely with process, connection and network than with the areal boundedness of mappable cultural markers”.

Estes autores sugerem que, mais que uma realidade cartografável pelos métodos convencionais e pela lógica areal, estes territórios culturais estão animados por dinâmicas e processos nem sempre de fácil delimitação geográfica.

As diásporas comprovam que o movimento e a difusão espacial constituem os motores desta geografia humana e das paisagens que, num processo contínuo, se vão construindo. Como se referiu, as redes migratórias fazem parte de um conjunto flexível de atores que, a várias escalas e com múltiplas territorialidades, cada um à sua maneira, vão deslocando, criando formas híbridas e territorializando elementos de diferente natureza. As empresas multinacionais, as indústrias criativas e culturais, os fluxos de turistas, empresários ou estudantes, cada um merece uma análise detalhada na forma como tem contribuído para um mundo geográfico mais fluído e, porventura, menos aberto a leituras lineares e a cartografias estáticas.

No entanto, não se devem fazer cortes paradigmáticos simplistas, como se o hoje fosse diferente do ontem. Na verdade, não só as visões mais esquemáticas e planas não desapareceram, como têm também influenciado ações e políticas.

Veja-se, a este propósito, a tese do Choque das Civilizações, de Samuel Huntington (1993 e 1999).

As paisagens culturais: entre o “choque das civilizações” e as oportunidades de desenvolvimento

Em “The clash of civilizations?”, publicado em 1993 na *Foreign Affairs*, Huntington defende que, às fraturas ideológicas da Guerra Fria, se sucedeu um mundo de clivagens culturais. Esta tese terá um duplo objetivo: por um lado, a discussão académica e, por outro, a criação de uma base científica que tenha influência direta nas políticas estratégicas, sobretudo dos EUA.

Para Huntington, o conflito civilizacional seria o paradigma dominante no mundo mais imprevisível que emergiu após a queda do Muro de Berlim (Huntington, 1993 e 1999). Num sistema multicêntrico e numa sociedade

internacional anárquica e propícia ao conflito, as discontinuidades e as fronteiras culturais seriam os principais fatores de perturbação (Fernandes, 2011).

Tese pessimista, o reconhecimento da existência de múltiplas civilizações em choque revela os receios do mundo ocidental face à forma como as ameaças externas poderão perturbar o futuro, desequilibrar as relações de poder e deslocar os centros de decisão para o exterior desse bloco ocidental.

Como refere Huntington (1993, p.23), “During the Cold War, the world was divided into the First, Second and Third Worlds. Those divisions are no longer relevant. It is far more meaningful now to group countries not in terms of their political or economic systems or in terms of their level of economic development but rather in terms of their culture and civilization”.

Com dúvidas em relação a todas as tendências globalizantes, dos direitos humanos universais a um hipotético governo mundial; descrente na possibilidade de se caminhar para uma sociedade única e de cultura uniformizada promovida pelo aumento das trocas comerciais, pelos padrões de consumo, pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e pela imposição ampla da língua inglesa, Huntington retoma a ideia de uma tensão civilizacional já anunciada por Bernard Lewis em 1990 que, em “The Roots of Muslim Rage”, destaca o previsível choque entre Islão e Ocidente.

Com efeito, o autor refere-se à potencial tensão com a China mas, na sequência da Guerra do Golfo (de 1990), Huntington vaticinou elevados níveis de tensão e conflitualidade sobretudo na linha de separação entre Ocidente e Islamismo.

Para Huntington (1993 e 1999), neste mundo mais estreito e conetado, é possível que as elites se aproximem entre si mas esse não será um fator de aplanamento das diferenças nem de encurtamento das distâncias culturais. Nesta perspetiva, a cultura é o elo que agrega o interior de cada área civilizacional, mas é também um fator de fragmentação do mundo, separando cada uma dessas unidades.

Ainda seguindo Huntington (1999, p.47), “A civilização é (...) o mais elevado agrupamento cultural de pessoas e o nível mais amplo de identidade cultural que as pessoas possuem e que as distingue das outras espécies. Ela define-se quer por elementos objectivos comuns, como a língua, a história, a religião,

costumes e instituições, quer pela auto-identificação subjectiva das pessoas”. Neste ponto de vista, e não olhando agora para o que une mas para o que separa, Huntington sugere que a fratura entre as civilizações passa por clivagens em termos de filosofia, valores e modos de vida subjacentes.

A consideração que estas heterogeneidades influenciam as políticas dos Estados, leva o autor a afirmar que “(...) as maiores diferenças no desenvolvimento político e económico entre as civilizações têm, claramente, raízes nas suas diferentes culturas” (Huntington, 1999, p.30).

Samuel Huntington parte de uma conceção braudeliana de civilização (Braudel, 1989), que se opõe à perspectiva iluminista francesa que utiliza esta palavra no singular, para considerar *a* civilização enquanto conceito que caracteriza a condição de ‘civilizado’, por oposição ao mundo bárbaro envolvente. Para Fernand Braudel (1989), na sociedade mundial não existe *uma* mas existem sim, no plural, *várias civilizações* (Fernandes, 2011).

Seguindo esta conceção, para além da ocidental, Huntington (1999) identifica as áreas civilizacionais latino-americana, africana, islâmica e sínica, tal como a hindú, a ortodoxa, a budista e a japonesa.

Nesta ordem política pós-queda do Muro de Berlim, o ocidente estaria em desvantagem perante a sua anemia demográfica, tendo em conta as taxas de crescimento populacional verificadas no outro lado da fronteira, sobretudo no mosaico cultural islâmico.

Para Samuel Huntington, que marcou a política externa da administração norte-americana no final do século XX, as áreas culturais estarão definidas por limites de fácil representação cartográfica.

Neste contexto de determinismo cultural, e retomando a temática das diásporas, qualquer movimento entre dois desses blocos culturais pode ser interpretado como uma ameaça. Assim se regressa à desconfiança que as redes podem suscitar. As mobilidades espaciais, e a *ethnoscape* de Appadurai (2004), serão entendidos como fatores de perturbação e ameaça.

Sobretudo após os ataques a Nova Iorque em 2001, e sem que se queira confundir a mobilidade de migrantes com a deslocação de terroristas, o sistema global tornou-se menos fluído e mais fechado, com um maior investimento em

sistemas disciplinares de controlo e vigilância, nos aeroportos, por exemplo, mas também nos espaços públicos (e privados) do quotidiano. Este novo contexto levou à construção e levantamento de barreiras físicas e muros que separam territórios nos quais um deles desconfia do outro (os EUA do México; Israel da Palestina, do Líbano e do Egipto; a Índia do Bangladesh e de Burma, apenas para citar alguns exemplos). Uma das partes, aquela que controla a barreira, entende que por detrás do muro de cimento ou de arame farpado eletrificado está um Estado fraco e uma população ingovernável (Jones, 2012), que é preciso confinar e conter (Haesbaert, 2010).

Como refere Reece Jones (2012, p.1), ainda a respeito dos EUA, da Índia e de Israel, “In the first decade of the new millennium, despite predictions of the creation of an increasingly borderless world, the countries often described as the oldest democracy in the world, the largest democracy in the world, and the most stable democracy in the Middle East built a combined total of 5700 kilometers of security barriers on their political borders”.

Esta realidade é demonstrativa de uma das principais contradições contemporâneas: a porosidade seletiva das fronteiras. Estas apresentam um grau de permeabilidade diferenciado consoante se tratam de fluxos de pessoas (que vivem mobilidades com um maior efeito de atrito); ou fluxos de outra natureza, como os financeiros, com maior capacidade de movimento e atravessamento de barreiras.

E assim se confirma um mundo complexo e contraditório que nem sempre se adaptará às redes e às populações em movimento. Numa visão mais esquemática e determinista, a circulação pode ser uma ameaça, um atentado à ordem e à segurança e confiança no futuro.

Contudo, e estamos no mesmo mundo, são também verdadeiros os sinais de sentido contrário, aqueles que vêm nas diásporas, e na diversidade paisagística que promovem, um capital para o futuro, um futuro seguramente de maior abertura e diálogo.

Nesse sentido, a paisagem da diáspora tem sido reconhecido como património, no ponto de partida mas também nos lugares de chegada. Nestes últimos, a imigração será um fator de criatividade e enriquecimento de um local mais diversificado e inclusivo. Assim o demonstra, por exemplo, Jorge Malheiros

(2008) a propósito do papel da comunidade indiana na modelação da paisagem urbana de Lisboa e numa certa internacionalização da cidade e do país, sobretudo através dos fluxos estimulados pelas iniciativas empresariais destes imigrantes.

Segundo concepções difusionistas, as culturas locais seriam obstáculos e rugosidades do espaço que importaria uniformizar. Contudo, as mudanças no ambiente político e científico, os estudos culturais na segunda metade do século XX; as correntes de emancipação pós-colonial; as críticas ao esquematismo neopositivista da Escola de Chicago ou algumas evidências empíricas dos problemas e das desigualdades que o modelo difusionista não havia atenuado, reafetaram o debate e recuperaram o valor do território e da cultura territorial nas políticas do desenvolvimento e do bem-estar (Cabrero, 2006).

Nesta perspetiva, o espaço geográfico não é um mero cenário de territorialização de políticas exógenas uniformizadoras. As trajetórias dos lugares e das comunidades humanas estão vinculadas às especificidades locais, às competências e realidades particulares de cada localização. Estas teses territorialistas promovem os modelos ascendentes e participados e, com estes, a cultura e as paisagens culturais são agora uma mais-valia, um fator de discriminação positiva que promove e garante a geodiversidade.

Este é um princípio adotado por instâncias internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a UNESCO que, por exemplo, em 1972, aprovou a *Convenção sobre a Proteção do Património Cultural e Natural*. Em 2004, o Relatório de Desenvolvimento Humano, publicado pelo PNUD, refere-se à liberdade cultural como condição para um desenvolvimento humano mais amplo e completo.

Esta referência traduz a iniciativa da ONU em declarar, no final do século XX, a necessária associação da cultura ao desenvolvimento. Em 1992, no contexto das Nações Unidas, foi criada a Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. Em 1996, esta apresentou o relatório *A Nossa Diversidade Criativa*, que considerou como incompleto e sem alma qualquer forma de progresso à margem da cultura. Estes postulados acabam por confirmar a ideia de direitos culturais consagrados no artigo 27º da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* e no artigo 15º do *Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais*

e *Culturais* (Cabrero, 2006). Já em 2001, na 31ª sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), é aprovada a *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural* onde se pode ler, no seu artigo 1º (intitulado “Diversidade cultural: um património comum da Humanidade”), que a “(...) cultura assume diversas formas ao longo do tempo e do espaço. Esta diversidade está inscrita no carácter único e na pluralidade das identidades dos grupos e das sociedades que formam a Humanidade. Enquanto fonte de intercâmbios, inovação e criatividade, a diversidade cultural é tão necessária para a Humanidade como a biodiversidade o é para a natureza. Neste sentido, constitui o património comum da Humanidade e deve ser reconhecida e afirmada em benefício das gerações presentes e futuras”.

Esta perspetiva tem condicionado as abordagens mais ascendentes e participativas do desenvolvimento das populações e dos lugares, como o *The Sustainable Livelihoods Approach*, do Department for International Development (DFID), do Reino Unido (Ashley e Carney, 1999). Neste sistema de práticas, parte-se, em cada lugar, dos denominados *capital assets*, os valores económicos, sociais ou culturais que criam um ambiente socio-cultural irrepetível (Lisocka-Jaegermann, 2011).

Deste modo, o património em movimento através das redes migratórias será um fator de criação de ambientes inovadores. É certo que se encenam os pontos de partida. No entanto, a territorialização dessas diásporas pode contribuir para a produção de espaços geográficos diferentes, únicos e não deslocalizáveis.

São estes os princípios que, de modo ascendente, orientarão as estratégias de afirmação e promoverão o *empowerment* comunitário, pensando cada espaço geográfico a partir de um local com uma identidade que é preciso conhecer bem, um local que, apesar de único, se deve articular com outros lugares e com outras escalas geográficas e não fechar-se sobre si próprio (Friedmann, 1997).

Notas finais

Vive-se um mundo contraditório em muito dependente e moldado pelo movimento, pela deslocação, pelas trocas, pela encruzilhada de pertenças

e pelos hibridismos daí resultantes. Nesta contemporaneidade de fluxos, movimentam-se pessoas mas também múltiplas formas de capital, do financeiro ao social e deste ao político e ao cultural. Nesse sentido, não nos causa estranheza a atualidade do conceito de rede, palavra muito repetida e usada, alvo de conotações e percepções muito variadas e heterogêneas, por vezes incoerentes.

Por um lado, as redes causam algum desconforto, são geradoras de medo e desconfiança porque se associam ao que está para além dos sistemas tradicionais de controlo, vigilância e regulação. Seguindo esta perspetiva, as redes ameaçam porque dissimulam e fazem movimentar organizações com agendas próprias e, desconfia-se, com interesses obscuros e criminosos.

Noutra perspetiva, as redes são percebidas como oportunidades, canais de troca criativa, como possibilidade de alargamento de territorialidades que estavam antes mais confinadas. Estas são as redes que potenciam mais-valias e acrescentarão plasticidade, flexibilidade e resiliência, aos lugares mas também aos atores individuais ou coletivos.

A associação das redes às mobilidades espaciais e às migrações é uma evidência. De certo modo, as diásporas reúnem estas duas perspetivas contraditórias. Enquanto atores que deslocam e territorializam elementos de paisagem, as diásporas são hoje assumidas como uma mais-valia nas geografias de chegada. Recriando lugares de partida, mas abrindo também esses patrimónios à troca, aos hibridismos e à criação de novos valores, as diásporas e os territórios de imigração constituem atrativos turísticos, como se anotou com alguns exemplos do continente americano.

Para além da dimensão política e ideológica, trata-se também da mercantilização das identidades étnicas, associada a marcas comerciais e empresas que pretendem alargar a sua influência, como se discutiu a propósito da *Oktoberfest*.

No entanto, nem sempre é fácil traçar uma linha de separação entre, por um lado, as diásporas e respetivas filiações identitárias e políticas; e, por outro, o universo das empresas e dos negócios. As redes migratórias são hoje consideradas como bases estratégicas de uma diplomacia económica que traga

oportunidades, vantagens e mais-valias para os migrantes e para os lugares-centro dessas diásporas (Neves e Rocha-Trindade, 2008).

Estamos perante a lógica do movimento que ocorre em ritmos diferenciados e em escalas geográficas diversas e se confronta com a ordem do enraizamento e da lentidão.

É por isso que, em 2000, Thomas L. Friedman recorreu à metáfora do *Lexus* e da *Oliveira*, o primeiro mostrando o célere e instável, o segundo apontando para o estacionário e previsível.

Ainda assim, não terminaram as visões mais estáticas, aquelas que apontam para áreas culturais homogêneas e delimitadas. Com ressonância política, Samuel Huntington mostra-nos um mundo em colisão, um choque de civilizações, uma nova ordem na qual a cultura separa e coloca em confronto áreas como o ocidente e a região islâmica.

Nesta corrente, e regressamos às diásporas, a mobilidade espacial da população é considerada uma ameaça, um veículo dessa guerra civilizacional, um canal de intromissão de uma região sobre a outra. Por isso, depois da queda do muro de Berlim e dos ataques de 2001 em Nova Iorque, se levantaram barreiras e paliçadas, se multiplicaram as tecnologias de controlo num mundo talvez agora mais fragmentado.

Uma globalização uniformizadora, um planeta mais unido, pequeno e plano, sem os efeitos de atrito das distâncias e da localização – assim se anunciou uma nova vivência utópica e irrealista (Friedman, 2005). Contudo, a realidade é mais complexa e heterogênea. O mundo é mais geográfico, diversificado e sistémico. Neste ponto de vista, é impossível separar as paisagens culturais da relação que estas apresentam com a economia, a ideologia e a política.

Como, respetivamente, referem Nye (2014) e Arndt (2005), este é um mundo de *soft powers* e de *cultural diplomacies*, uma (des) ordem na qual a paisagem cultural é um palco e um instrumento nas relações de poder e dois conceitos (‘poder suave’ e ‘diplomacia cultural’, numa tradução livre) que a Geografia deve refletir e analisar, até porque é também a este nível que a sociedade global se apresenta assimétrica, fraturada e desequilibrada em termos de imagem, poder económico e poder político.

Bibliografia

- Appadurai, A. (2004). *Dimensões culturais da globalização*. Lisboa: Teorema.
- Arndt, R. T. (2005). *The first resort of kings. American cultural diplomacy in the twentieth century*. Washington: Potomac Books.
- Ashley, C. & Carney, D. (1999). *Sustainable Livelihoods: Lessons from early experiences*. London: DFID.
- Azevedo, A. F. (2008). *A ideia de paisagem*. Porto: Figueirinhas.
- Bohlman, P. (2002). *World Music. A very short introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- Bonnemaison, J. (2004). *La géographie culturelle*. Paris: Editions du CTHS.
- Brah, A. (1996). *Cartographies of diaspora. Contesting identities*. London: Routledge.
- Braudel, F. (1989). *Gramática das civilizações*. Lisboa: Teorema.
- Bruneau, M. (2010). Diasporas, transnational spaces and communities. In: Bauböck, R. & Faist, T. (ed.), *Diaspora and Transnationalism. Concepts, Theories and Methods* (35-49). Amsterdam: Amsterdam University Press.
- Buitoni, M. (2011). O imaginário tirolês na Região do Contestado (SC). In: Costa, E. & Oliveira, R. (ed.), *As cidades entre o 'real' e o imaginário: estudos no Brasil* (225-248). São Paulo: Editora Expressão Popular.
- Cabrero, F. (2006). *El Tercer Mundo no existe. Diversidad cultural y desarrollo*. Barcelona: Intermón Oxfam Ediciones.
- Castells, M. (2010). *The Rise of the Network Society*, vol. 1, Oxford, Willey-Blackwell.
- Cloke, P.; Crang, P. & Goodwin, M. (Edit.) (1999). *Introducing Human Geographies*. London: Arnold.
- Fernandes, J. L. J. (2012). Dynamics of cultural landscapes, identities and diffusion processes. In Marques, L.; Biscaia, M. & Bastos, G. (ed.), *Intercultural crossings: Conflict, memory and identity* (23.35). Bruxells: Peter Lang.
- Fernandes, J. L. J. (2013). Soundscapes and territory: world music in territorial marketing. *GeoJournal of Tourism and Geosites*, Year VI, 1(10), 34-41.
- Fernandes, J. P. T. (2011). *Teorias das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina.
- Friedmann, J. (1997). *Empowerment. Uma política de desenvolvimento alternativo*. Oeiras: Celta Editora.
- Friedman, T. L. (2000). *Compreender a globalização. O Lexus e a oliveira*. Lisboa: Quetzal Editores.
- Friedman, T. L. (2005). *O mundo é plano. Uma História breve do século XXI*. Lisboa: Actual Editora.
- Gaspar, J. (2001). Retorno da paisagem à Geografia. Apontamentos místicos. *Finisterra*, 72, 83-99.
- Giddens, A. (1992). *The consequences of modernity*. Cambridge: Polity Press.
- Gilroy, P. (2000). *Between camps: nations, cultures and the allure of race*. London: Penguin.
- Glenny, M. (2008). *McMáfia: o crime organizado sem fronteiras*. Porto: Civilização Editora.
- Gottmann, J. (1947). De la méthode d'analyse en géographie humaine. *Bulletin de la Société de Géographie*, 301, 1-12.
- Granovetter, M. (1973). The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, 78 (6), 1300-1380.

- Gregory, D.; Johnston, R.; Pratt, G.; Watts, M. J. & Whatmore, S. (2009). *Dictionary of Human Geography*. Chichester: John Wiley & Sons.
- Haesbaert, R. (2002). A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. *Terra Livre*, 7, 37-46.
- Haesbaert, R. (2004). *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Haesbaert, R. (2010). Territórios, in-segurança e risco em tempos de contenção territorial. In Neto, H.; Ferreira, A; Vainer, C. & Santos M. (ed.), *A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções* (537-557). Rio de Janeiro: Garamond.
- Hammer, J. (2005). *Palestinians born in exile. Diaspora and the search for a homeland*. Austin: University of Texas Press.
- Hemmasi, M. & Downes, M. (2013). Cultural distance and expatriate adjustment revisited. *Journal of Global Mobility: The Home of Expatriate Management Research*, 1(1), 72-91.
- Huntington, S. P. (1993). The Clash of Civilizations?. *Foreign Affairs*, Summer edition, 22-49.
- Huntington, S. P. (1999). *O Choque das civilizações e a mudança na ordem mundial*. Lisboa: Gradiva.
- Ingold, T. (2000). *The perception of the environment*. London: Routledge.
- Jones, R. (2012). *Border walls. Security and war on terror in the United States, India and Israel*. London: Zed Books.
- Kraybill, D. B. & Olshan, M. A. (1994). *The amish struggle with modernity*. London: University Press of New England.
- Lewis, B. (1990). The roots of the muslim rage. *The Atlantic Monthly*, September, 266(3), 47-60.
- Lipovetsky, G. (2011). *Os tempos hipermodernos*. Lisboa: Edições 70.
- Lisocka-Jaegermann, B. (2011). El turismo comunitario en el contexto del desarrollo local. Experiencias latinoamericanas. In Contreras Loera, M. & Zulawska, U. (ed.), *Cooperativismo y desarrollo local. Los Mochis* (67-85). Varsóvia: Universidad de Occidente y Universidad de Varsovia.
- Luca, V. & Santiago, A. (2011). A paisagem cultural em sítios históricos rurais de imigração italiana. *Revista Labor & Engenho*, v.5,1, 43-61.
- Maalouf, A (1999). *Identidades assassinas*. Lisboa: Difel.
- Maalouf, A. (2004). *Origens*. Lisboa: Difel.
- Mácha, P. (2013). Resistance through tourism: Identity, imagery, and tourism marketing in New México. In Sarmiento, J. & Henriques, E. B. (ed.), *Tourism in the global south: landscapes, identities and development* (91-112). Lisbon: Centre for Geographical Studies.
- Malheiros, J. (2000). Circulação migratória e estratégias de inserção local das comunidades católica goesa e ismaelita Uma interpretação a partir de Lisboa. *Lusotopie*, 377-398.
- Malheiros, J. (2008). Comunidades de origem indiana na Área Metropolitana de Lisboa – iniciativas empresariais e estratégias sociais criativas na cidade. *Revista Emigrante*, nº especial- Empreendedorismo Imigrante, 139-164.
- Marston, S. A. (2002). Making difference: conflict over Irish identity in the New York City St. Patrick's Day parade. *Political Geography*, 21, 373-392.
- Neves, M. S. & Rocha-Trindade, M. B. (2008). As diásporas e a globalização – a comunidade de negócios chinesa em Portugal e a integração da China na economia global. *Revista Emigrante*, nº especial- Empreendedorismo Imigrante, 165-190.

- Nye, J. S. (2014). *O futuro do poder*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores.
- OOnk, G. (ed.) (2007). *Global indian diaspora. Exploring trajectories of migration and theory*. Amsterdam: Amsterdam University Press.
- Saquet, M. A. (2011). *Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. São Paulo: Outras Expressões.
- Scott, A. J. & Garofoli, G. (2007). *Development on the ground. Clusters, networks and regions in emerging economies*. London: Routledge.
- Shelley, L. (2010). *Human trafficking. A global perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Silva, L. (2009). De celeiro a cenário: vitivinicultura e turismo na Serra Gaúcha. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, Edição Especial, 107-125.
- Silvey, R. (2013). Political moves: Cultural Geographies of migration and difference. In Johnson, N. C.; Schein, R. H. & Winders, J. (ed.), *The Wiley-Blackwell Companion to Cultural Geography* (409-422). New York: John Wiley & Sons.
- Thrift, N. (2007). *Non-representation theory. Space, politics, affect*. London: Routledge.
- Tuan, Y.-F. (1980). *Topofilia*. São Paulo: Difel.
- Velez de Castro, F. (2014). *Imigração e desenvolvimento em regiões de baixas densidades*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Vertovec, S. (1997). Three meanings of 'diaspora,' exemplified among south asian religions. *Diaspora*, 6 (3), 277-299.
- Villanova, R.; Leite, C. & Raposo, I. (1995). *Casas de sonhos*. Lisboa: Edições Salamandra, Lisboa.
- Vogeler, I. (2010). *Critical cultural landscapes of North America*. In: <http://people.uwec.edu/ivogeler/CCL-bookchapters-pdf/index.htm> (acedido a 20/2/2015)